



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 7 de fevereiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma pede pesquisa em biotecnologia.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Governo quer aprovar mudança no ICMS até abril.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Superávit fiscal pode cair para 1,8% do PIB em 2013	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Endividamento dos Estados fez minguar superávit fiscal	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Governo aumenta desconto da meta fiscal para R\$ 65 bi	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Faturamento da indústria aumenta, mas folha salarial sobe mais	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Novas regras agora nos portos	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Renan marca votação do Orçamento para dia 19.....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE Plano de saúde do servidor está sob intervenção.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE Fazenda vai ampliar desoneração em R\$ 20 bi para aquecer economia	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE Governo impõe "idade ideal" à aposentadoria.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Embrapa da indústria' surgirá em 1º de março com R\$ 800 milhões	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Avessa a críticas, CNI surpreende e diz que 2012 foi um ano perdido	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma pede pesquisa em biotecnologia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff aproveitou a reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada ontem no Palácio do Planalto, para pedir empenho do governo na pesquisa em biotecnologia e abertura de novos laboratórios. A reunião foi fechada à imprensa.

"Nós, ao mesmo tempo que temos de enfrentar a extrema pobreza, temos de nos dedicar a dar toda a nossa prioridade também à questão do desenvolvimento, da ciência, da tecnologia e da inovação em nosso País", discursou Dilma na abertura da reunião, conforme divulgado pela Presidência da República. "Sabemos que um País como o nosso precisa desse salto, um necessário salto em ciência e tecnologia." De acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, Dilma pediu que o "conselho se debruce sobre setores importantes para o desenvolvimento da indústria nacional".

A presidente solicitou uma proposta de um "programa de biotecnologia para ser desenvolvido pelas instituições do País", tendo à frente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), informou Raupp.

Saída. Questionado pelo Estado sobre rumores de que deixaria a pasta para dar lugar ao deputado Gabriel Chalita (PMDBSP), Raupp afirmou que "nunca foi falado nisso" com a presidente Dilma Rousseff.

"Eu não toco nesse assunto, ela não toca nesse assunto. Eu trabalho aqui como se fosse ficar permanentemente, sou um funcionário público dedicado." Segundo o ministro, foi apresentado na reunião um relatório das atividades desenvolvidas no MCTI sob a sua gestão. "Acho que esse relatório teve aprovação geral, até mesmo da presidente. Não sei o porquê das especulações", disse.

Dilma também pediu uma proposta de laboratórios para serem usados pelas comunidades acadêmica e empresarial, segundo Raupp./ RAFAEL MORAES MOURA

Permanência na pasta

MARCO ANTONIO RAUPP

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

"Não presto atenção nisso (nos rumores de sua saída do Ministério). Estou aqui trabalhando e dando a minha contribuição. Trabalho até o último dia como se estivesse permanentemente aqui, com a mesma dedicação e afinco."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo quer aprovar mudança no <u>ICMS</u> até abril		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por De Brasília

O governo tentará aprovar até abril a resolução do Senado que unifica as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4%, de forma gradual, num período de 12 anos. O prazo máximo admitido por governistas é de aprovação até o fim do primeiro semestre.

Enviada pela presidente Dilma Rousseff à Casa, a proposta de resolução tem como objetivo acabar com a guerra fiscal entre os Estados. Começou a tramitar formalmente na segunda-feira, dia 4, mas espera a instalação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto de resolução (Nº 1 de 2013) prevê exceções para os Estados do Amazonas, por causa da Zona Franca de Manaus, e Mato Grosso do Sul, pela importação do gás natural da Bolívia.

A tramitação implica uma engenharia política delicada, já que a resolução é votada apenas no Senado, mas seu teor está detalhado no texto da Medida Provisória 599, editada pela presidente em 28 de dezembro, que cria fundos para compensar Estados pelas perdas de arrecadação com o fim da guerra fiscal.

Ou seja, as duas propostas precisam tramitar em conjunto, e qualquer modificação no cronograma de redução e nas alíquotas feita pelos parlamentares no texto de uma terá de ser estendida à outra.

A dificuldade deve-se ao fato de que, enquanto a resolução passa apenas pelo Senado, a MP precisa ser votada nas duas Casas do Congresso, Senado e Câmara dos Deputados, onde é analisada primeiro. Antes de ir ao plenário, a MP passa por uma comissão mista (deputados e senadores), encarregada de dar parecer.

O prazo de validade da MP é 4 de abril (60 dias), mas pode ser prorrogado por mais. O prazo para apresentação de emendas à proposta termina no dia 9 deste mês. Até a tarde de ontem, havia 64 emendas protocoladas, pelo menos 15 delas tratando de alíquota ou prazos de unificação.

A MP prevê a compensação federal de perdas futuras dos Estados com a unificação da alíquota do ICMS e cria o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de financiar a execução de projetos de investimento e dinamização da atividade econômica local.

"A tramitação do projeto de resolução e da MP tem que ser feita conjuntamente. A MP só vale se votar a resolução. Pode até haver alguma modificação, mas tem que ser nos dois textos. Uma coisa está atrelada à outra", diz o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que passará a presidência da CAE ao também petista Lindbergh Farias (RJ).

O novo líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), diz que pode haver alguma modificação na resolução, mas a "essência" deve ser mantida. Ele lembra que o Governo Federal propunha prazo de oito anos para a unificação das alíquotas e que a ampliação do cronograma fixado na resolução (12 anos) foi fruto de muitas negociações entre Estados e Ministério da Fazenda. "Não se chegou a um acordo em torno de 100%, mas os principais pontos foram incluídos, como a alíquota de 4%, o prazo de 12 anos e os fundos de compensação", afirma.

É prerrogativa do Senado fixar as alíquotas interestaduais e de exportação do ICMS, por meio de resolução da Casa. A iniciativa de apresentação pode ser da Presidência da República ou de um terço de senadores. A aprovação exige maioria absoluta (metade mais um de todos os senadores).

A MP condiciona a compensação à aprovação de resolução do Senado. Pela proposta, nas operações e prestações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Sudeste (hoje 12%), a alíquota deverá ser de 11% em 2014, 10% em 2015, 9% em 2016 e assim sucessivamente até chegar a 4% em 2025.

Esse prazo de 12 anos é considerado longo para os Estados mais ricos, que se sentem mais prejudicados com a prática da guerra fiscal.

A resolução estabelece que, nas operações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Espírito Santo, a alíquota (hoje 7%) passa a ser de 6% em 2014 e cai um ponto percentual até 2016, quando atinge os 4%. Nas demais operações, a alíquota deverá ser de 9% em 2014, 6% em 2015 e 4% em 2016.

Essa regra não se aplica às operações originadas na **Zona Franca** da **Manaus** e nas interestaduais com gás natural, que serão tributadas com base na alíquota de 12%. Também não atinge as operações interestaduais com bens e **mercadorias importados**.

Na Câmara, Estados do Sul e Sudeste, que se sentem mais prejudicados pela concessão de benefícios fiscais para atrair empresas, tentarão reduzir o prazo de unificação do **ICMS**. Já no Senado, onde os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm maioria, a tendência é prevalecer o prazo proposto pelo governo.

"A questão do prazo pode, eventualmente, ser mudada, mas o governo ouviu muito os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que são maioria e os que sofrem mais com a aplicação das alíquotas interestaduais", afirma o senador do Mato Grosso do Sul.

Como presidente da CAE, Delcídio participou das conversas com o governo sobre a proposta. Seu nome é citado por governistas como uma das opções para ser a relatoria da resolução, assim como o do ex-líder da bancada, Walter Pinheiro (BA).

O governo tem pressa na aprovação porque a discussão de qualquer proposta que implique disputa entre os Estados no segundo semestre traz risco de contaminação pelo calendário eleitoral, que começa em outubro, um ano antes das eleições de 2014. Além disso, o governo quer que a nova regra entre em vigor a partir de janeiro de 2014. (RU)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Superávit fiscal pode cair para 1,8% do PIB em 2013		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo decidiu aumentar o desconto da meta fiscal deste ano em R\$ 20 bilhões. Com isso, o limite do abatimento passou dos atuais R\$ 45 bilhões para R\$ 65,2 bilhões, o que permite que o superávit primário do setor público consolidado fique em apenas 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB), contra uma meta formal de 3,1% do PIB.

Segundo o projeto de lei que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhado ontem ao Congresso, o desconto adicional no superávit primário será por conta das desonerações tributárias já feitas e a fazer ainda neste ano. Como a LDO já permite ao governo reduzir a meta fiscal em até R\$ 45,2 bilhões com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se o projeto for aprovado o desconto subirá para R\$ 65,2 bilhões.

Governo aumenta desconto da meta fiscal para R\$ 65 bi

Por Ribamar Oliveira, Edna Simão, Eduardo Campos e Thiago Resende | De Brasília

O governo decidiu aumentar o desconto da meta fiscal deste ano em R\$ 20 bilhões. Com isso, o limite do abatimento passou dos atuais R\$ 45,2 bilhões para R\$ 65,2 bilhões, o que permite que o superávit primário do setor público fique em apenas 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB), contra uma meta formal de 3,1% do PIB.

Segundo o projeto que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhado ontem ao Congresso Nacional pelo governo, o desconto de R\$ 20 bilhões no superávit primário será por conta das desonerações tributárias já feitas e a fazer neste ano. Como a LDO já permite ao governo reduzir a meta fiscal em até R\$ 45,2 bilhões com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se o projeto for aprovado o desconto subirá para até R\$ 65,2 bilhões.

Com o novo limite para o abatimento da meta fiscal, o superávit primário do setor público, fixado em R\$ 155,85 bilhões (equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto) poderá ser reduzido para até R\$ 90,65 bilhões, ou 1,8% do PIB. Fontes da área econômica disseram que a intenção do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é reduzir "apenas" R\$ 45

bilhões da meta, com o superávit, assim, ficando em 2,2% do PIB - menor do que os 2,38% do PIB do ano passado.

As fontes explicaram que Mantega pediu a ampliação do desconto da meta fiscal, porque, em primeiro lugar, não tem garantia da recuperação da receita tributária neste ano em ritmo adequado e, finalmente, teme o resultado fiscal dos Estados e municípios que, no ano passado, foi muito ruim. Por isso, o ministro deseja ter uma "margem de segurança" para eventualidades negativas.

Em entrevista na portaria do **Ministério**, ontem à tarde, Mantega não foi claro ao falar sobre o assunto. Mesmo questionado se os R\$ 20 bilhões em desonerações se somavam aos R\$ 45 bilhões já previstos, as respostas não foram diretas. Disse que os R\$ 45 bilhões eram o máximo que o governo quer abater. "São R\$ 25 bilhões mais R\$ 20 bilhões. É o máximo que poderemos abater", afirmou.

Com a decisão de abater R\$ 45 bilhões dos R\$ 65 bilhões solicitados ao Congresso, o superávit primário em 2013 dificilmente será maior que os 2,38% do PIB entregues em 2012. Segundo o ministro, "o primário vai ficar entre 3,1% a 2,3% e 2,4% [do PIB]. Esses são os limites", disse Mantega.

Mesmo pedindo ao Congresso para abater mais R\$ 20 bilhões da meta, o ministro insiste em dizer que vai perseguir a meta cheia do superávit primário. De acordo com ele, apenas na "pior das hipóteses" vai descontar R\$ 45,2 bilhões. "Nós continuaremos perseguindo a possibilidade de fazer a meta cheia. Agora, realisticamente, nós vamos ter essa possibilidade [de abatimento]".

A possibilidade de abater desonerações do superávit foi antecipada em janeiro por Mantega em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor. "Podemos abater a título de investimento ou de desoneração", disse na ocasião.

O ministro ponderou ontem, no entanto, que se a economia crescer mais agora em 2013, a arrecadação será melhor e não será necessário abater todo o valor previsto do superávit. "E mesmo que venhamos a abater, teremos um resultado fiscal melhorando", disse, apontando que em 2013, a dívida será menor que em 2012 em função da queda nas despesas com juros.

A estimativa inicial do governo, quando apresentou o Orçamento de 2013, era de uma baixa de R\$ 15 bilhões em arrecadação, decorrente de desonerações que serão anunciadas ao longo do ano. Agora, esse montante avançou em R\$ 5 bilhões. A alta, segundo Mantega, é explicada, principalmente, por duas medidas que serão anunciadas: o governo vai diminuir o imposto sobre a cesta básica e ampliar a lista de setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. "Estamos pensando em reduzir mais os tributos", disse. Mantega descartou mudança na participação dos Estados e municípios na composição do superávit.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Endividamento dos Estados fez minguar superávit fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Tesouro Nacional colocou nos ombros de Estados e municípios boa parte da responsabilidade pelo fato de o governo não ter feito o superávit primário consolidado de R\$ 139,8 bilhões prometido para 2012. A contribuição esperada dos Estados e municípios para esse resultado era de R\$ 42,8 bilhões, mas o valor efetivamente obtido ficou na metade, R\$ 21,5 bilhões. Foi necessário então correr no fim de ano e apelar para uma série de manobras contábeis para fechar as contas. O próprio governo central havia se comprometido com R\$ 97 bilhões e conseguiu R\$ 86,1 bilhões após resgatar o Fundo Soberano e antecipar o que fosse possível em dividendos de estatais.

No entanto, não é segredo que, desde o início da crise internacional, o resultado primário dos governos regionais vem caindo em consequência da redução do nível de atividades, da diminuição das receitas e do aumento das despesas, especialmente de pessoal. No ano passado, houve o agravante das eleições municipais, que sempre aumentam as despesas. O fato é que o superávit primário dos governos regionais caiu pela metade entre 2008 e 2012, de 1% para 0,49% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em valores, de R\$ 30,6 bilhões para R\$ 21,5 bilhões. No caso dos Estados, o superávit diminuiu de 0,88% para 0,43% do **PIB** (de R\$ 25,9 bilhões para R\$ 18,8 bilhões) no mesmo período.

Reportagem do Valor (31/1) mostra que vários Estados já esperavam resultado primário menor no ano passado, previsão registrada - e cumprida - na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O Estado do Rio de Janeiro fechou o ano com déficit primário de R\$ 552,2 milhões, mas já esperava um resultado negativo de pelo menos o dobro. O Estado de Minas Gerais teve superávit primário de R\$ 3,1 bilhões, muito perto da meta de R\$ 3,2 bilhões. Já o Estado de São Paulo fechou 2012 com superávit de R\$ 6,48 bilhões, valor 4,7% maior que o resultado do ano anterior, e acima da meta de R\$ 4,5 bilhões definida na sua LDO.

Não raras vezes, o déficit foi resultado do aumento dos investimentos calcado em dívidas feitas pelos Estados, incentivadas pelo próprio **Governo Federal**. Incapaz de destravar seus próprios investimentos e empenhada em estimular a economia, Brasília tomou uma série de medidas na

virada do primeiro semestre de 2012 para alavancar a expansão dos Estados.

Uma delas foi a ampliação do limite do endividamento dos Estados dentro do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), respeitando a LDO. A medida foi apresentada como uma compensação para a perda de receita causada pelas desonerações tributárias feitas pelo **Governo Federal**, que esvaziou o Fundo de Participação dos Estados (FPE), mas também tem como objetivo canalizar recursos para a infraestrutura. O **Governo Federal** já havia tomado esse tipo de medida em 2008 e 2009, no auge da crise internacional. A consultoria LCA calcula que, no total, 23 Estados receberam autorização do Tesouro para ampliar o endividamento em até R\$ 61,1 bilhões. Apenas no ano passado, 17 Estados foram autorizados a tomar R\$ 42,2 bilhões.

Com os limites ampliados, os Estados podem se endividar junto a agências internacionais, como o Banco Mundial, e se candidatar à nova linha de crédito de R\$ 20 bilhões, criada especialmente para os governos regionais no ano passado pelo **BNDES**, a Proinveste, com 20 anos de prazo de pagamento e juros quase negativos (TJLP mais 1,1% ao ano).

Vários Estados aproveitaram as novas facilidades. O governo do Estado de São Paulo, por exemplo, apelou para o Proinveste para as obras das linhas 5 e 12 do metrô da capital, para a recuperação de 900 quilômetros de estradas e a compra de trens para a CPTM. O Estado do Rio também vem investindo bastante, inclusive para preparar-se para a Olimpíada e Copa do Mundo, e esse foi o motivo do déficit primário registrado em 2012, quando as receitas primárias correntes aumentaram 5,2%, as despesas correntes subiram 11% e os investimentos liquidados, porém, cresceram ainda mais, 12,5%.

Mas há um grande problema contábil que afeta as contas fiscais quando os investimentos são bancados por empréstimos: o dinheiro que entra não é contabilizado como receita, mas o que sai é registrado como despesa.

O impacto é fulminante no resultado primário e deverá se repetir com mais intensidade neste ano, quando os Estados vão efetivamente sentir os efeitos dos estímulos concedidos,

que foram apenas parciais em 2012 porque estavam limitados pela legislação eleitoral e pelos tetos fiscais. E não

dá para o Tesouro alegar nova surpresa ao fechar as contas no fim do ano.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo aumenta desconto da meta fiscal para R\$ 65 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Ribamar Oliveira, Edna Simão, Eduardo Campos e Thiago Resende | De Brasília

O governo decidiu aumentar o desconto da meta fiscal deste ano em R\$ 20 bilhões. Com isso, o limite do abatimento passou dos atuais R\$ 45,2 bilhões para R\$ 65,2 bilhões, o que permite que o superávit primário do setor público fique em apenas 1,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), contra uma meta formal de 3,1% do **PIB**.

Segundo o projeto que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhado ontem ao Congresso Nacional pelo governo, o desconto de R\$ 20 bilhões no superávit primário será por conta das desonerações tributárias já feitas e a fazer neste ano. Como a LDO já permite ao governo reduzir a meta fiscal em até R\$ 45,2 bilhões com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se o projeto for aprovado o desconto subirá para até R\$ 65,2 bilhões.

Com o novo limite para o abatimento da meta fiscal, o superávit primário do setor público, fixado em R\$ 155,85 bilhões (equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto) poderá ser reduzido para até R\$ 90,65 bilhões, ou 1,8% do **PIB**. Fontes da área econômica disseram que a intenção do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é reduzir "apenas" R\$ 45 bilhões da meta, com o superávit, assim, ficando em 2,2% do **PIB** - menor do que os 2,38% do **PIB** do ano passado.

As fontes explicaram que Mantega pediu a ampliação do desconto da meta fiscal, porque, em primeiro lugar, não tem garantia da recuperação da receita tributária neste ano em ritmo adequado e, finalmente, teme o resultado fiscal dos Estados e municípios que, no ano passado, foi muito ruim. Por isso, o ministro deseja ter uma "margem de segurança" para eventualidades negativas.

Em entrevista na portaria do **Ministério**, ontem à tarde, Mantega não foi claro ao falar sobre o assunto. Mesmo questionado se os R\$ 20 bilhões em desonerações se somavam aos R\$ 45 bilhões já previstos, as respostas não foram diretas. Disse que os R\$ 45 bilhões eram o máximo que o governo quer abater. "São R\$ 25 bilhões mais R\$ 20 bilhões. É o máximo que poderemos abater", afirmou.

Com a decisão de abater R\$ 45 bilhões dos R\$ 65 bilhões solicitados ao Congresso, o superávit primário em 2013 dificilmente será maior que os 2,38% do **PIB** entregues em 2012. Segundo o ministro, "o primário vai ficar entre 3,1% a 2,3% e 2,4% [do **PIB**]. Esses são os limites", disse Mantega.

Mesmo pedindo ao Congresso para abater mais R\$ 20 bilhões da meta, o ministro insiste em dizer que vai perseguir a meta cheia do superávit primário. De acordo com ele, apenas na "pior das hipóteses" vai descontar R\$ 45,2 bilhões. "Nós continuaremos perseguindo a possibilidade de fazer a meta cheia. Agora, realisticamente, nós vamos ter essa possibilidade [de abatimento]".

A possibilidade de abater desonerações do superávit foi antecipada em janeiro por Mantega em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor. "Podemos abater a título de investimento ou de desoneração", disse na ocasião.

O ministro ponderou ontem, no entanto, que se a economia crescer mais agora em 2013, a arrecadação será melhor e não será necessário abater todo o valor previsto do superávit. "E mesmo que venhamos a abater, teremos um resultado fiscal melhorando", disse, apontando que em 2013, a dívida será menor que em 2012 em função da queda nas despesas com juros.

A estimativa inicial do governo, quando apresentou o Orçamento de 2013, era de uma baixa de R\$ 15 bilhões em arrecadação, decorrente de desonerações que serão anunciadas ao longo do ano. Agora, esse montante avançou em R\$ 5 bilhões. A alta, segundo Mantega, é explicada, principalmente, por duas medidas que serão anunciadas: o governo vai diminuir o imposto sobre a cesta básica e ampliar a lista de setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. "Estamos pensando em reduzir mais os tributos", disse. Mantega descartou mudança na participação dos Estados e municípios na composição do superávit.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Faturamento da indústria aumenta, mas folha salarial sobe mais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Flavia Lima e Thiago Resende | De São Paulo e Brasília

O balanço de 2012 foi claramente negativo para a indústria da transformação, afirma Flavio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao comentar os números da pesquisa Indicadores Industriais, divulgada ontem pela CNI.

Além de uma deterioração evidente do quadro da atividade industrial no ano passado, os números mostram também que um dos poucos dados positivos do ano - a alta do faturamento real da indústria em 2012 com relação a 2011 - inspira preocupação. Há ainda um descasamento **importante** e não visto em 2011 entre o faturamento real e a massa salarial real do segmento.

O faturamento real (descontada a inflação), cresceu 2,4% em 2012, puxado pelo ajuste dos estoques e pelo uso de insumos **importados** pela indústria. O motivo de alerta é que a alta foi bem menor do que a verificada nos últimos anos - em 2011, por exemplo, o faturamento real da indústria cresceu 5,1%. Além disso, enquanto em 2011 o faturamento real e a massa salarial real da indústria andaram juntos, em alta de 5,1% e 5,2%, respectivamente, em 2012 o quadro mudou. A alta do faturamento (de 2,4%) foi bem inferior à da massa salarial, que teve expansão de 5,1%.

Para Castelo Branco, o descompasso mostra que, apesar das dificuldades, há uma manutenção do emprego e da remuneração paga pelo setor industrial a seus trabalhadores. "Ao mesmo tempo, como se produz menos com a mesma quantidade de mão de obra, e se fatura proporcionalmente menos, isso acaba se refletindo em menor produtividade e maior pressão de custos", diz.

Castelo Branco avalia que esse quadro precisa ser revertido, mas não enxerga a redução da remuneração como a melhor opção. "Precisamos estimular a **produção** e para isso as medidas de redução de custos e de elevação da competitividade são críticas".

Para Antonio Corrêa de Lacerda, professor do programa de estudos pós-graduados em economia política da PUC de São Paulo, o descolamento entre os números seria

insuportável para a indústria, caso se configurassem como uma tendência de longo prazo. O professor, no entanto, acredita que o movimento não teria fôlego para se manter no próximo ano. "Isso é pontual."

Para Lacerda, os salários continuarão crescendo na indústria, pressionados pelo **mercado** de trabalho apertado. Em reação a isso, contudo, o professor antevê um movimento estrutural de busca da expansão de produtividade no segmento por meio de aumento de investimentos em automação e racionalização das linhas de **produção**. "Se isso [o descolamento entre os números] ocorresse em um ambiente de **mercado** de trabalho mais frágil fatalmente resultaria em desemprego. Mas como a situação não é essa, o foco da indústria deve ser em ganho de competitividade."

A pesquisa da CNI apontou ainda que as horas trabalhadas na indústria tiveram queda de 1,5% no ano passado em relação a 2011, indicando que a **produção**, como os números do IBGE já mostraram, é menor. Dos 19 setores pesquisados pela CNI, 12 apresentaram queda no número de horas trabalhadas, com os maiores recuos registrados em material eletrônico e de comunicação (-10,1%) e equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, com baixa de 7,4%.

A queda da atividade da indústria em 2012 afetou também o **mercado** de trabalho e, com isso, o emprego industrial, que teve leve baixa de 0,2% no ano passado em relação a 2011. Cinco setores registraram quedas significativas: produtos de metal (-6,8%), material eletrônico e de comunicação (-5,8%), têxtil (-4,1%), couros e calçados (-3,4%) e madeira (-2,6%). O quadro foi agravado ainda e pelo uso mais baixo da capacidade instalada, indicando que a indústria trabalhou com ociosidade. A indústria operou, em média, com 81,3% da capacidade instalada no ano passado, um nível 0,9 ponto percentual menor que em 2011, quando o índice foi de 82,2%.

Para 2013, as expectativas para 2013 são bem moderadas. "Tudo vai depender de quão efetivas vão se mostrar medidas como a desoneração da folha de pagamento, a entrada em vigor da redução dos custos de energia e o programa ampliado de infraestrutura enfatizado

recentemente pelo governo", diz Castelo Branco. Para ele, o comportamento do câmbio em 2013 "passou a ser uma incógnita" para a indústria, diante do vaivém do **dólar** nas últimas semanas.

Para Castelo Branco, a economia só volta a crescer e, com ela, a indústria, com a continuidade e efetividade de medidas de redução de custos e o retorno de investimentos.

"Essas são as variáveis críticas para a retomada da atividade em 2013". Para o economista da Tendências, Rafael Bacciotti, os esforços do governo em reduzir custos de salário e de **produção** são positivos e devem surtir algum efeito. Para ele, a produtividade ao longo de 2013 deve mostrar alguma melhora, puxada por uma esperada retomada da **produção**.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Novas regras agora nos portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Depois do setor elétrico e das rodovias, o governo quer alterar regras para modernizar os portos dando mais espaço ao setor privado. O texto anterior era tido como estatizante demais

Novas regras para os portos

Pressionado por empresários e trabalhadores, governo revê pacote de R\$ 54,2 bilhões

Danilo Fariello

Eliane Oliveira

BRASÍLIA Depois de fazer ajustes nos pacotes de energia elétrica e de rodovias, lançados no ano passado, para atender demandas do setor privado, o governo vai rever o plano para os portos, para reduzir riscos legais e atrair investidores. Lançado em dezembro, o pacote prevê R\$ 54,2 bilhões em investimentos, sendo a maior parte do setor privado. O governo quer fazer os ajustes durante as discussões do texto da medida provisória (MP) 595, que gerou as reformas para o setor e ainda tramita no Congresso. Entre os defeitos do texto original que o governo já sabe que terá de corrigir está a redação do artigo 9º, que trata das regras da chamada pública para instalação de novos portos e da participação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) nesse processo, considerada excessiva pelo setor privado.

- Melhorias no texto são possíveis, mas a meta do governo é preservar a essência do que foi proposto, em termos de levar mais eficiência e competitividade aos portos brasileiros - disse ao GLOBO o ministro Leônidas Cristino, da Secretaria Especial dos Portos.

Essa essência do projeto passa pela escolha dos arrendatários de terminais a partir de uma combinação entre maior eficiência e menores tarifas para o usuário, além da possibilidade de criação de novos portos pela iniciativa privada, sem necessidade de que seu empreendedor tenha carga própria para movimentar.

Ameaça de ir à Justiça

Medidas como essas levaram a uma certa insatisfação por parte de empresas que já atuam no setor, que ameaçam

recorrer à Justiça. Também desagradou trabalhadores, alguns em estado de greve. Há, ainda, divergências sobre o tema entre os vários órgãos envolvidos dentro do governo.

Entre as reclamações dos empresários estão o excesso de poder que a MP dá à Antaq, a centralização das autoridades portuárias, a mudança no critério principal das licitações para as outorgas (tarifa e volume de carga) e o fim da obrigatoriedade dos portos privados de contratar funcionários cadastrados nos órgãos gestores de mão de obra (OGMOs). A própria presidente Dilma Rousseff ouviu de empresários, recebidos por ela nas últimas semanas, críticas diretas à MP dos portos.

Segundo fontes do governo, há uma grande preocupação com uma eventual paralisação dos portuários neste momento de balança comercial enfraquecida. O governo, no entanto, não está disposto a ceder nos pontos que entende que levarão a uma concorrência maior no setor, proporcionando mais eficiência e elevando-se a capacidade de carga dos terminais brasileiros em geral.

No entendimento do governo, parte dos lobbies se deve a setores que veem risco para seus **mercados** com uma abertura maior do setor à iniciativa privada. Entre eles estão estivadores que temem a transferência de carga para outros terminais. Avalia-se, em Brasília, que trabalhadores dos portos do Rio e de São Paulo estariam liderando o movimento de greve por causa desses temores, principalmente porque o texto da MP não traz novidade significativa na gestão dos OGMOs.

No próximo dia 20, será instalada no Congresso uma comissão para examinar o texto e já existe disputa entre os partidos pela relatoria. O PSB defende o nome do senador Antonio Carlos Valadares, e o PMDB quer que a relatoria seja do líder do governo no Senado, Eduardo Braga, ambos de Sergipe. Os representantes dos Sindicatos dos Portos, que foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), querem Valadares (PSB-SE) como relator da MP. Caso contrário, ameaçam iniciar uma greve logo após o carnaval.

- Se a presidente Dilma quer matar os trabalhadores e quebrar os portos brasileiros, entregando-os à iniciativa

privada, ela tem que fazer isso de uma vez e publicamente - disse o deputado Paulinho da Força (PDT-SP), que participou da manifestação do sindicato ontem.

"Dilma não ouviu trabalhadores"

Um dos parlamentares que mais apresentou emendas à MP foi o deputado Márcio França (PSB-SP), que tem grande força política nos arredores do Porto de Santos. Em sua opinião, a presidente Dilma foi induzida ao erro pelas grandes empreiteiras na composição do texto, e há risco de grandes armadores virem para o Brasil, oferecem tarifas artificialmente reduzidas para quebrar a concorrência e, depois, criar um oligopólio.

- No mundo inteiro, os trabalhadores portuários são contratados por meio de um órgão gestor, à exceção do Reino Unido. O problema é que a presidente Dilma não ouviu trabalhadores, confederações e empresários que investiram no setor - disse o deputado Márcio França.

Os ajustes feitos pelo governo em marcos regulatórios de infraestrutura lançados no fim do ano passado têm como meta principal a aceleração dos investimentos neles previstos. Há uma interpretação corrente nos gabinetes de Brasília de que o crescimento da economia só voltará a deslanchar de maneira sustentável quando esses investimentos começarem a se tornar realidade.

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou medidas para tornar mais interessantes para os potenciais investidores as duas primeiras concessões de rodovias a ir a leilão este ano. Ainda em 2013, o governo quer fazer uma série de leilões de concessão de aeroportos, blocos de exploração de petróleo, linhas de transmissão de energia, usinas geradoras de eletricidade, além de rodovias e do trem-bala. (Colaborou Júnia Gama)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Renan marca votação do Orçamento para dia 19		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA Sem dar garantias ao governo, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), marcou para 19 de fevereiro a próxima sessão conjunta do Congresso, que vota, entre outras matérias, os vetos presidenciais e o Orçamento da União. Para que o Orçamento de 2013 seja votado nesta sessão, é preciso, antes, promover um entendimento em torno do impasse sobre a apreciação de mais de três mil vetos pendentes de votação há 12 anos.

Um dia depois de adiar a votação do Orçamento, que estava prevista para terça-feira, Renan disse que a aprovação é uma "prioridade" para o Congresso, mas não deu garantias sobre o momento de sua aprovação.

O presidente do Senado voltou a afirmar que a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, determinando que os vetos sejam analisados em ordem cronológica, não impede a apreciação de outras matérias antes disso. E reafirmou que a culpa pelo adiamento foi da oposição, que avocou a decisão de Fux. Na verdade, não houve esforço da base aliada para que o Orçamento fosse

votado na última terça-feira, como era o desejo do Palácio do Planalto.

- O óbice foi que a oposição não queria votar. A votação orçamentária geralmente ocorre em final de semana, quando se faz por acordo, consenso. Não dava para votar - afirmou Renan.

O líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP), disse que o partido quer votar os vetos primeiro e negou que a culpa tenha sido da oposição:

- Somos 70 deputados da oposição. São aproximadamente 440 deputados da base aliada. Afirmar que a oposição não quer votar o Orçamento? Mesmo que não quisesse, o que não é verdade, bastaria a base aliada estar neste plenário hoje (ontem) que teríamos a votação dos vetos e, em seguida, a do Orçamento.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Plano de saúde do servidor está sob intervenção		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo decidiu intervir na Fundação de Seguridade Social (Geap), administradora da maior parte dos planos de saúde dos servidores do Executivo. O **Ministério** da Saúde destituiu Eloá Cathi, integrante do Conselho Deliberativo da Geap, após identificar suposta omissão na denúncia de desvio de verbas no DF e em três estados. Apesar do plano de recuperação em 2012, a Geap acumula mais de R\$ 300 milhões em dívidas

Intervenção na Geap

Ministério da Saúde destituiu, por omissão ante suspeitas de desvios, a sua representante no Conselho da fundação que administra a maioria dos convênios médicos dos servidores. Rombo chega a R\$ 312 milhões

» PAULO DE TARSO LYRA

» DENISE ROTHENBURG

O governo interveio na Fundação de Seguridade Social (Geap), que administra a maior parte dos planos de saúde dos servidores do Executivo. Responsável pela principal parcela dos aportes de recursos feitos pela União ao convênio médico — foram R\$ 190 milhões em 2012 —, o **Ministério** da Saúde destituiu a representante da pasta no Conselho Deliberativo da fundação, Eloá Cathi Lôr, e abriu um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra ela. O PAD terá 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para apurar por que Eloá descumpriu a determinação dos ministros Alexandre Padilha (Saúde) e Paulo Sérgio Passos (Transportes) de pedir ao Conselho que investigasse denúncias de direcionamento de verbas da Geap ao Distrito Federal e aos estados de São Paulo, Pernambuco e Paraíba.

No fim do ano passado, o **Ministério** da Saúde, que, ao lado dos Transportes e da Previdência, tem a maior parte dos 625 mil servidores atendidos pela Geap, questionou as razões pelas quais o Conselho Deliberativo destituiu o então presidente do colegiado, Paulo Eduardo de Paiva Gomes da Silva. Em carta endereçada ao ministro Padilha, Eloá — que estava no Conselho Deliberativo desde 2010 — alegou que Paulo Paiva não tinha boas relações com os demais integrantes do colegiado e havia suspeitas de que ele

estivesse beneficiando quatro unidades da Federação no encaminhamento de recursos da fundação.

Padilha decidiu então convocá-la para uma reunião em 31 de janeiro, na qual estavam presentes o titular dos Transportes e o secretário executivo do **Ministério** da Previdência, Carlos Gabbas, para pedir que Eloá apresentasse, na reunião do Conselho que ocorreria na tarde do mesmo dia, a abertura de um processo de investigação das denúncias. Para a surpresa de todos, ela se calou diante dos demais conselheiros e, embalados pelo discurso de que Paulo Paiva já tinha sido afastado, nenhum procedimento investigativo foi aberto.

Irritado, o **Ministério** da Saúde decidiu destituir Eloá do Conselho e nomear como substituta Miraci Asturn, atual servidora do **Ministério**. A medida abriu uma crise com a Geap. Com o apoio dos três representantes eleitos pelos trabalhadores, Eloá se recusa a deixar o cargo, alegando que foi eleita em 2010 para um mandato de quatro anos e só poderia ser destituída pelo voto dos demais integrantes do Conselho. O colegiado reuniu-se ontem, mas, sem consenso, a definição para o impasse foi transferida para depois do carnaval.

A paciência do **Ministério** da Saúde com a Geap já estava para se esgotar antes mesmo da crise deflagrada pela omissão de Eloá. Com uma dívida que chegou, no fim do ano passado, a R\$ 400 milhões, a fundação enfrentava dificuldades para competir com os demais planos de saúde disponíveis no **mercado**. Com isso, perdeu convênios e viu médicos e hospitais desistirem de atender os segurados.

O caso mais emblemático do descredenciamento de hospitais aconteceu há exatamente um ano, quando o então secretário de Recursos Humanos do **Ministério** do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, morreu após sofrer um enfarte e não ser atendido no Santa Lúcia e Santa Luzia. Os dois estabelecimentos de saúde se recusaram a atender o secretário por não aceitar o plano da Geap por falta de pagamento.

Rigor

O **Ministério** e a Agência Nacional de Saúde (ANS) cobraram, desde então, que a fundação apresentasse um

rigoroso plano de recuperação para corrigir as distorções verificadas na administração. Depois de sucessivos adiamentos, o programa de reestruturação foi apresentado e aprovado pela ANS no fim do ano passado. A dívida total já teria caído dos R\$ 400 milhões para aproximadamente R\$ 312 milhões nas primeiras semanas deste ano. A Geap pode ainda ampliar as perdas se a intervenção do Banco BVA, pelo Banco Central, se transformar em falência. A fundação tem aplicado na instituição aproximadamente R\$ 36 milhões.

A situação de fundação desandou de vez depois que o governo decidiu acabar com a sua exclusividade no fornecimento de planos de saúde aos servidores. Diante do péssimo atendimento, os novos funcionários optaram por outros convênios e a carteira de segurados da Geap envelheceu, elevando seus custos operacionais. A tendência é de haver cada vez menos contribuições e despesas crescentes. Por isso, a necessidade urgente de pôr ordem na casa.

A crise na Geap embute ainda, segundo suspeitam integrantes do governo, uma má administração derivada do loteamento político. O presidente afastado, Paulo Eduardo de Paiva Gomes, teria ligação com o PP. Paraibano, um dos padrinhos dele seria o atual ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro. Em conjunto com o deputado Paulo Maluf (PP-SP), Agnaldo teria indicado Paulo Paiva em troca do apoio dado pelos pepistas à eleição de Fernando Haddad para a prefeitura de São Paulo, no ano passado.

Aliado do ministro, o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), eximiu o partido de responsabilidade na possível nomeação de Paulo Paiva. "Desafio quem quer seja a provar que a sugestão tenha sido do Partido Progressista. Nossa indicação foi do ministro das Cidades (Agnaldo Ribeiro) e substituições vinculadas à pasta. Jamais ouvi falar em Geap", afirmou. Ele disse também não saber das negociações políticas entre o deputado Paulo Maluf e o PT para assegurar o apoio a Fernando Haddad em São Paulo.

E EU COM ISSO

Ao intervir na Geap para sanear as finanças da fundação, o governo tenta evitar o colapso de uma instituição que atende, atualmente, 625 mil servidores públicos e seus familiares. Com a crise vivida pela administradora do convênio médico, diversos hospitais, clínicas e médicos passaram a recusar o convênio, gerando gargalos e dificultando a vida de consumidores no momento em que mais precisam. Ao longo dos últimos anos, o governo tem feito incursões em diversos planos de saúde na esperança de que o atendimento à população se torne mais eficiente. Além de pensar no elo mais fraco da relação — o cidadão —, a União busca desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS), já que muitos planos particulares transferem para a rede pública os casos mais complexos e caros. Com o **Ministério** da Saúde no comando da Geap, por ora, o risco de quebra da fundação está afastado.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Fazenda vai ampliar desoneração em R\$ 20 bi para aquecer economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mais R\$ 20 bi em desonerações

Governo anuncia maior abatimento tributário da meta de superavit primário. Executivo quer garantia de emprego e cesta básica mais barata

» ROSANA HESSEL

O governo vai ampliar em R\$ 20 bilhões as desonerações tributárias previstas para este ano, com o intuito de favorecer um número maior de setores produtivos e baratear a cesta básica. Com isso, somando-se aos R\$ 53 bilhões já anunciados pela Receita Federal, os abatimentos chegarão a R\$ 73 bilhões. A proposta foi enviada pelo **Ministério** da Fazenda ao Congresso Nacional, para que seja incluída no Orçamento de 2013, a ser votado depois do carnaval.

Além disso, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, avisou que o governo vai aumentar, de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 20 bilhões, o abatimento das desonerações da meta do superavit primário (recursos economizados para o pagamento da dívida pública), de R\$ 155,9 bilhões. “O governo brasileiro tem espaço fiscal para fazer isso”, disse o deputado Cláudio Puty (PT-PA), sub-relator do Orçamento.

A ampliação dos benefícios fiscais, segundo Mantega, deve-se à necessidade de se dar mais estímulos para a economia do país, que acompanhou a desaceleração global em 2012 e teve um desempenho pífio, com o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescendo apenas 1%. O governo também quer garantir empregos, ao baratear a folha de pagamento das empresas. “Vamos reduzir mais os tributos. A cesta básica vai ter uma desoneração. E a desoneração da folha vai aumentar, além de outros (descontos)”, afirmou o ministro, ontem, depois de encontro com a presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto.

Mantega já havia sinalizado, no fim do ano passado, a intenção do Executivo de atrair mais empresas ao programa que abate tributos, lançado em agosto de 2011, com o plano **Brasil** Maior. Nele, as companhias deixam de recolher 20% da contribuição da Previdência sobre a folha de salários e passa a pagar de 1% a 2% sobre o faturamento. Em troca, assumem o compromisso de não demitir.

Inicialmente, o governo viabilizou o benefício para os **exportadores**, a fim de dar maior competitividade a eles no cenário internacional. No entanto, devido à forte aceitação do empresariado, essa lista vem sendo ampliada gradualmente. Em 2012, houve a desoneração da folha de 40 setores, e a redução de tributos somaram R\$ 45 bilhões, segundo dados do **Ministério** da Fazenda. Em abril, serão 42 segmentos beneficiados.

Custo menor

Os abatimentos tributários poderão ser descontados na meta do superavit primário, como diz a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que prevê uma redução de até R\$ 25 bilhões em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. O teto desse abatimento é de R\$ 45,2 bilhões.

A meta de superavit para este ano está fixada em 3,1% do **PIB**. Mantega informou que o resultado ficará próximo de 2,3%, dependendo do desempenho da economia. “Temos de continuar fazendo a redução de tributos no país. Isso é muito bom porque diminui o custo da população e do investimento”, afirmou. (Colaborou Paulo Silva Pinto)

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo impõe "idade ideal" à aposentadoria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Aplicação do fator previdenciário reduz os benefícios de quem apenas cumpre o tempo mínimo de contribuição ao INSS. Com isso, os brasileiros precisam trabalhar por mais tempo para ter direito à renda total programada

» ANA D'ANGELO

Mesmo sem proibir o trabalhador da iniciativa privada de se aposentar, desde que tenha cumprido o prazo mínimo de recolhimento à Previdência Social — homens, 35 anos e mulheres, 30 anos —, na prática, o **Governo Federal** conseguiu estabelecer uma idade mínima para que as pessoas comecem a receber os benefícios por tempo de contribuição. Atualmente, para garantir uma renda equivalente àquela para a qual recolheram ao longo da vida profissional, as mulheres já estão tendo que optar pela aposentadoria por idade, ao completar 60 anos.

Dessa forma, elas se livram da mordida do fator previdenciário — regra criada para estimular as pessoas a trabalharem por mais tempo —, cuja aplicação é opcional nos benefícios por idade. Não fosse essa possibilidade, as seguradas com apenas 30 anos de contribuição receberiam no máximo 74,2% do valor a que teriam direito, sem o redutor, com base no que recolheram para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) até os 60 anos de vida. A integralidade só seria obtida quando completassem 67 anos. Antes disso, só se tivessem mais tempo de contribuição (veja a tabela).

Já a aposentadoria por idade dos homens é aos 65 anos. Mas eles ainda conseguem garantir benefício sem redução se completarem, aos 63 anos, os 35 anos de recolhimento exigidos. Nesse caso, o valor a ser recebido sofre corte de apenas 0,8%. Aos 64 anos, eles já conseguem embolsar até mais do que a média de contribuição: em vez de redução na quantia paga pelo INSS, recebem um acréscimo de 3,8%. Aos 65 anos, esse adicional chega a 8,6%.

"O governo está conseguindo empurrar os brasileiros para se aposentarem por idade", reconheceu um técnico do **Ministério** da Previdência Social. Tudo isso sem precisar alterar a Constituição, processo legislativo difícil de ser aprovado.

A lógica do fator previdenciário é esta: desestimular as aposentadorias antes de certa idade e oferecer um ganho sobre o benefício para quem adia-la e contribuir por mais tempo. Atualmente, o objetivo é evitar que isso aconteça antes dos 60 anos, no caso das mulheres, e dos 63 anos, para os homens. O segurado que pedir o benefício antes receberá menos. Se contribuir por mais tempo e encostar as chuteiras mais tarde, pode receber valor até maior do que a renda para a qual contribuiu durante o tempo de trabalho. É uma espécie de prêmio que o INSS dá a quem adia a inatividade. Porém, quem sempre recolheu pelo teto da Previdência, hoje de R\$ 4.159 não tem ganho algum se postergar a saída do **mercado**, pois não pode receber além desse limite.

Sem vantagens

Criado no fim de 1998, o fator é uma fórmula de cálculo do valor da aposentadoria que leva em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado na hora de se aposentar e o tempo estimado durante o qual ele deve receber o benefício. Ele se baseia na tabela de sobrevivência do brasileiro divulgada todo ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Como a população tem vivido mais, o peso do fator tem aumentado a cada ano.

A tabela do fator válida para 2003 só está garantindo aposentadoria equivalente à renda para a qual contribuíram ao INSS às mulheres que completam 30 anos de pagamento aos 67 anos. Quem atinge esses 30 anos antes, e se aposenta, têm perda no valor do benefício. Uma segurada com 55 anos recebe apenas 60,8% do montante a que teria direito sem o fator.

Outro efeito desse redutor foi o de praticamente eliminar a vantagem que as mulheres tinham, em relação aos homens, de se aposentarem com cinco anos a menos de recolhimento para o INSS. Isso porque o tamanho da mordida do fator leva em conta o tempo de contribuição — quanto menor for este, maior o abatimento.

"O fator surgiu porque não havia limite de idade no regime geral da Previdência. Se não se consegue estipular esse limite, então ajusta-se pelo valor", resumiu Marcelo Estevão Viana, ex-secretário da Previdência Social e ex-secretário de Gestão do **Ministério** do Planejamento,

lembrando que a idade mínima de 60 anos para mulheres e de 65 anos para homens é uma regra já válida há tempos em outros países que passam pelo processo de envelhecimento da população.

Para o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, "o fator está muito violento". As centrais sindicais vêm tentando acabar com a regra e programaram para 6 de março uma manifestação de protesto na Esplanada dos **Ministérios**. No ano passado, elas não conseguiram convencer o Congresso a aprovar um projeto de lei que elimina o redutor.

"O fator vai piorando conforme o tempo passa, exigindo que as pessoas trabalhem mais", disse Paulinho, que defende a troca do mecanismo pela fórmula "85/95". Por ela, a integralidade do benefício estaria garantida às mulheres cuja soma do tempo de contribuição e da idade desse os 85.

No caso dos homens, a soma dos dois fatores teria que dar 95. Assim, uma mulher se aposentaria aos 55 anos com 30 anos de contribuição. Os homens, aos 60 anos de idade, com 35 anos de recolhimentos. Hoje, nessas condições, ambos têm redução na aposentadoria.

Segundo Marcelo Viana, gestor público de carreira, o país não conseguiu equalizar a situação do seu regime previdenciário no melhor momento da história, em que tem a maior força de trabalho, portanto, mais contribuintes. "Nunca tivemos tantas pessoas empregadas, formalizadas e contribuindo para a Previdência, com a melhor renda da história recente. A demografia e o **mercado** de trabalho estão no auge. Com tudo isso, estamos com desequilíbrio no financiamento da Previdência Social, em torno de R\$ 44 bilhões por ano", disse.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Embrapa da indústria' surgirá em 1º de março com R\$ 800 milhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em reunião no Palácio do Planalto ontem , a presidente Dilma aprovou a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial (Embrapi), que dará apoio a projetos de inovação do setor privado. A estatal terá participação do MCT, do MEC e da CNI

Estatal de pesquisa e inovação nasce em março

Apelidada de “Embrapa da indústria”, empresa inicia com capital de até R\$ 800 milhões

Ruy Barata Neto, de Brasília

O governo pretende anunciar já no próximo dia 1º de março a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), uma nova estatal que nascerá com a missão de fomentar a pesquisa e o **desenvolvimento** tecnológico nas indústrias. Apelidada de “Embrapa da Indústria”, a nova empresa estatal teve as linhas gerais do seu modelo institucional definidas ontem, no Palácio do Planalto, em reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), comandada pela presidente Dilma Rousseff. Os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTi), Marco Antonio Raupp, e da Educação, Aloizio Mercadante, ficarão responsáveis por apresentar o desenho final da companhia em reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação (Mei), grupo organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Eles terão a missão de detalhar o projeto de criação da nova estatal que atuará ligada a seis cadeias produtivas. A Embrapii deverá nascer com um capital de até R\$ 800 milhões que será financiado pelo MCTi, via Fundo Nacional de **Desenvolvimento** Científico e Tecnológico (FNDCT), entidades empresariais e institutos científicos de tecnologia. Cada fonte contribuirá com um terço do total dos recursos.

O modelo institucional da Embrapii prevê suporte a projetos voltados para o avanço da inovação nas empresas, a projetos de reforços dos laboratórios multiusuários que, embora localizados em universidades e institutos de pesquisa, poderão ser usados tanto para fins de **desenvolvimento** industrial como para as pesquisas acadêmicas. Além disso, a estatal também dará suporte às redes de institutos tecnológicos. Em paralelo à criação da Embrapii, o governo também anunciou ontem que irá destinar um “montante alto” de recursos para

financiar investimento das empresas em inovação. Os valores ainda não estão definidos, mas podem chegar a R\$ 30 bilhões. O programa está sendo coordenado pelo **Ministério** da Fazenda e envolve diferentes **Ministérios**, entidades empresariais e até agências reguladoras, segundo uma fonte envolvida nas conversas. A ideia é abrir linhas de créditos especiais para bancar as iniciativas inovadoras. As ações do governo começaram ontem com o anúncio da abertura de uma nova linha de crédito de R\$ 420 milhões para melhorar a infraestrutura de equipamentos e dos laboratórios das universidades federais e estaduais.

Recursos

Os recursos serão geridos pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), através do Programa de Infraestrutura (Proinfra). Além disso, Centro Nacional de **Desenvolvimento** Científico e Tecnológico (CNPq) também abrirá um edital de R\$ 150 milhões para universidades. Segundo fontes, o pacote de financiamento para investimento em inovações ainda passa por acertos finais pelo **Ministério** da Fazenda e podem ser anunciados somente depois da criação da Embrapii. A questão é que o modelo institucional da nova empresa já está praticamente resolvido e o financiamento ainda precisa de mais detalhes para ser concluído.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Avesa a críticas, CNI surpreende e diz que 2012 foi um ano perdido		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O faturamento da indústria cresceu 2,4%, mas entidade afirma que isso ocorreu graças ao uso de estoques

CNI diz que 2012 foi um ano “perdido” para a indústria

Apesar de ociosidade, faturamento do setor cresceu 2,4% no ano passado com desova de estoques

Edla Lula, de Brasília

O faturamento da indústria cresceu 2,4% em 2012. Ainda assim, a pesquisa Indicadores Industriais, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), deu um tom de frustração aos resultados alcançados no ano passado. “Um ano perdido para a indústria de transformação” é o título que abre o documento. O argumento é que o dado positivo do faturamento foi provocado mais pela utilização dos estoques do que pela **produção**. Segundo a CNI, a capacidade instalada caiu para 80,9% em 2012, contra 81,4% no ano anterior, revelando uma indústria ociosa. Também concorre para o pessimismo da CNI a diminuição em 1,5% no número de horas trabalhadas. Para completar, a massa salarial subiu 5,1%, o que aumenta o custo das empresas. O rendimento médio real, que inclui, além do salário, participação nos lucros e outros ganhos do trabalhador, cresceu 5,3% em relação a 2011, mais que o dobro do faturamento. Tudo isso somado a uma taxa de câmbio flutuando para baixo, as perspectivas da CNI para este ano são incertas. “Faz sentido a gente acreditar que a **produção** ao longo de 2013 comece a mostrar alguma recuperação”, disse o gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, ao comentar que o ano passado foi marcado pelo ajuste de estoques e, agora, a tendência é que as máquinas voltem a funcionar em plenitude.

Por outro lado, ele ponderou que se a taxa de câmbio permanecer abaixo dos R\$ 2,00, a indústria poderá voltar a sofrer com a concorrência externa. “Nossa expectativa era de que o **dólar** ficaria em R\$ 2,10. Mas agora o câmbio passou a ser uma incógnita para nós”, disse. Além disso, o economista não vê estímulos para a indústria, tanto por causa da ociosidade quanto pelo alto custo do investimento. A queda no investimento e a baixa competitividade brasileira, segundo ele, motivaram a performance ruim da indústria no ano passado. Dos 19 setores pesquisados pela CNI, 12 tiveram o faturamento aumentado. A maior elevação foi na área de papel e celulose, com incremento de 28%. Em seguida, está a indústria de madeira, com 14%. O pior desempenho está na rubrica “outros equipamentos de transporte”, que inclui a fabricação de aviões e navios, por exemplo. O faturamento deste segmento caiu 14,5%. Este também foi o setor cuja média de utilização da capacidade instalada no ano passado sofreu a maior queda, de 8,1 pontos percentuais em relação a 2011. Na média geral, o emprego ficou praticamente estável, com leve queda de 0,2%. Dos 19 setores pesquisados, 11 observaram queda no emprego. A maior foi na indústria de produtos de metal, com baixa de 6,8%. Este foi o único setor em que todos os indicadores foram negativos.

Massa salarial

Para Castelo Branco, o aumento expressivo na massa salarial e no rendimento médio é explicado por “um **mercado** de trabalho bastante aquecido e pela falta de qualificação profissional”. Segundo ele, a qualificação tem sido usada como moeda de barganha nas negociações salariais entre trabalhadores e patrões. Também lembrou que o aumento do salário mínimo nos últimos anos acabou impactando os salários na industrial.